

O jornal Zero Hora pelos Sem-terra e as representações no ato da leitura

Zero Hora newspaper for the “landless” and the representations
in the act of reading

Vilso Junior Santi

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Av. Ipiranga, 6681, 90169-900,
Porto Alegre, RS, Brasil. vjrsanti@yahoo.com.br

Márcia Franz Amaral

Universidade Federal de Santa Maria. Rua Campus UFSM, 47
97110-000, Santa Maria, RS, Brasil. marciafranz.amaral@gmail.com

Resumo. Buscamos, além de identificar as posições de decodificação predominantes, mapear as representações mobilizadas pelos agricultores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), no momento da leitura, quando analisadas as notícias veiculadas pelo jornal Zero Hora (ZH) que pautam a questão agrária e/ou as ações do próprio MST. Tal exame se baseia nos fatos, reportados por ZH, ocorridos no período de 12/04 a 21/05/2008 acerca da ocupação e desocupação da Fazenda Southall em São Gabriel/ RS. Para tanto, promovemos primeiro a delimitação do conceito de representação, relacionando-o ao jornalismo e às notícias e depois, junto com a caracterização do jornal Zero Hora e do MST, apresentamos as considerações referentes às posições de decodificação e às representações que o jornal Zero Hora faz circular sobre a questão agrária na versão dos Sem-terra.

Palavras-chave: codificação e decodificação, representações, questão agrária.

Abstract. We search, beyond identifying the predominant positions of decoding, to chart the mobilized representations by farmers from the Landless Rural Workers Movement (MST), at the reading moment, when the news are analyzed and showed by Zero Hora newspaper (ZH) that enroll the agrarian questions and/or the actions from MST itself. That examination is based on facts, reported by ZH, occurred from the period from 04/12/2008 to 05/21/2008 near from the occupation and liberation of Southall Farm in São Gabriel, RS, Brazil. Due to that, we promoted first the representation concept delimitation, relating it to journalism and to the news and afterwards united to Zero Hora newspaper and MST characterization, we will present the considerations due to the decoding positions and to the representations that Zero Hora newspaper spreads about agrarian question in the Landless version.

Key words: coding and decoding, representations, agrarian matter.

Introdução

Neste trabalho partimos de uma concepção da mídia e do Jornalismo como importantes construtores da realidade social, através de sua operação com as representações. Dessa forma entendemos que os discursos jornalísticos acabam por representar singularmente o mundo sobre o qual se reportam, além de, em tempos de midiaticização, configurar-se como o modelo dominante e/ou preferencial de atribuição de representações¹.

Se tomarmos as representações como “imagens construídas do real”, de imediato podemos inferir que os diferentes grupos e campos sociais, de acordo com seu conjunto de valores simbólicos, organizam as suas próprias “matrizes representacionais”. E, essa matriz, ao entrar em contato com a representação dos outros, num movimento dialético, pode potencialmente gerar conflitos.

Quando nos propomos a estudar a relação entre representantes de dois campos sociais distintos – o jornal Zero Hora (ZH), componente do campo do Jornalismo e/ou da Mídia; e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), integrante do campo Político – propomos justamente atentar a esse potencial conflitivo, pois, como aponta Berger (2003, p.10), “o conflito compõe a existência” e entender seus termos junto com seus desdobramentos parece então fundamental quando trabalhamos com as representações.

Dessa forma, é importante lembrar que é através de nosso sistema de representação que delimitamos os significados, os quais são produzidos através da linguagem. Por isso, consideramos que a representação só pode ser adequadamente analisada em relação às formas concretas assumidas pelo significado – nas notícias veiculadas por ZH, por exemplo – junto com o exercício concreto da leitura e da interpretação – no caso, dos agricultores Sem-terra vinculados ao MST – mas sem esquecer dos condicionantes do ambiente onde elas foram produzidas e onde são tomadas.

Assim, identificar as posições predominantes de decodificação, bem como entender como se dá a relação e a disputa em torno das representações, na ótica de quem as vê/ lê estampadas nas páginas do jornal Zero Hora é o objetivo central desse ensaio e, cremos, pre-

missa básica para o conveniente entendimento da realidade midiática atual.

A fim de operacionalizar tal análise selecionamos as notícias relacionadas à questão agrária publicadas em Zero Hora no período de 12/04 a 21/05/2008. Todas matérias vinculadas à cobertura das ações promovidas pelo MST na Jornada Nacional de Lutas (Abril Vermelho) acerca da Fazenda Southall (Estância do Céu) em São Gabriel/ RS, nas quais os próprios leitores depois entrevistados eram protagonistas.

Os textos tematizaram basicamente a entrada e a saída dos Sem-terra da Estância cobijada pelo MST desde 2003, mas nunca antes invadida pelo Movimento. Também repercutiram a inédita revista ao acampamento dos Sem-terra – solicitada pelo Governo do Rio Grande do Sul, determinada pelo Tribunal de Justiça do Estado e executada pela Brigada Militar – que foi realizada dez dias após os agricultores terem deixado a área da Fazenda Southall.

Cabe esclarecer ainda que a cobertura desses fatos foi efetivamente realizada por jornalistas do Grupo RBS vinculados ao jornal Diário de Santa Maria. Foi o Diário, veículo responsável pela cobertura dos 35 municípios da região central do Rio Grande do Sul, inclusive de São Gabriel, quem apurou os fatos para a rede informativa RBS. Nesta rede, porém, Zero Hora é a célula mãe quando tratamos de jornalismo impresso.

Para a coleta de dados junto aos leitores (agricultores Sem-terra) utilizamos com ferramenta primordial o “grupo focal” – uma técnica de entrevista semiestruturada, gravada e depois transcrita. O trabalho de apresentação dos jornais, discussão e entrevista foi realizado no período de 21 a 23/05/2008 no “Acampamento em Luta”, localizado na Fazenda São Paulo I, vizinha à Estância do Céu. Ao todo 13 pessoas (jovens, adultos, idosos, homens, mulheres, coordenadores de núcleo ou não) participaram dos debates.

As representações, o jornalismo e as notícias

A percepção da construção das notícias como uma prática cultural é fundamental para que a análise dos fenômenos jornalísticos contemporâneos tenha no conceito de representa-

¹ Trabalho apresentado em versão preliminar no XIII Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional – Regiocom 2008.

ção uma centralidade. Segundo Soares (2007, p. 53), representar é uma forma de transcendência, que faz a existência humana transcender num outro patamar de definições, denominações e interpretações.

A representação, portanto, pode ser tomada como um elemento comum e como o termo genérico das realizações culturais humanas, pois experimentamos o mundo graças a e através dos sistemas de representação – das nossas matrizes representacionais. Em consequência, não há nenhuma experiência fora das categorias da representação ou do discurso, já que, como diz Woodward (2000, p.17), “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos”.

Conforme Soares (2007, p.48), o ponto de partida da elaboração do conceito de representação é a filosofia medieval. É ela quem introduz o termo latino *repraesentatio* para indicar tanto uma ideia, uma imagem ou ambas as coisas, sugerindo uma semelhança com o objeto ou coisa representada. “Representar envolvia, portanto, a ideia de representar algo então ausente como se estivesse presente, ou seja, tornar algo presente outra vez.”

Porém, o primeiro sentido da representação como conceito, o conceito de representação mental, somente irá aparecer no século XII quando se estabelece grande parte do vocabulário filosófico ocidental. A este, atribui-se uma função semântica enquanto signo de outro objeto. Segundo Soares (2007, p. 48), a partir daqui, “a representação mental poderia atuar como uma palavra mental, assumindo um papel linguístico, de modo que as representações podiam ser combinadas para formar conceitos mais complexos ou sentenças da linguagem”.

O termo passa então a ser utilizado para se referir ao conhecimento que podemos ter da realidade – perspectiva que vem de Kant – o qual considerou a representação como o gênero onde todas as manifestações cognitivas seriam espécies. Conhecimento este, que constrói o mundo cognoscível através das representações marcadas pelas limitações de nossos sentidos e capacidades (Abbagnano, 1982).

Mais recentemente, Hall (1997), ao propor uma contextualização acerca das principais influências teóricas sobre a discussão da representação e ao agregar aos debates uma série de análises empíricas, passa a interpretar os sentidos em função das premissas do que poderíamos qualificar como uma teoria particular das representações. De acordo com seus

postulados, representar é atribuir sentido, classificar e/ou lutar pela imposição de significados. As representações, portanto, atuariam na ante-sala das classificações sociais podendo ser descritas como uma prática social que produz cultura.

Para Hall (1997), representar diz respeito a um trabalho ativo de dar sentido às coisas. Segundo o autor, é através do uso que fazemos de algo, o que dizemos, pensamos e sentimos – como representamos – que damos significado. Ou seja, em parte damos significado aos objetos, pessoas e eventos através da estrutura de interpretação que trazemos. E, em parte, damos significado às coisas através da forma como as utilizamos, ou as integramos em nossas práticas do cotidiano.

O autor ressalta ainda que a representação só pode ser adequadamente analisada em relação às formas concretas assumidas pelo significado e/ou no exercício concreto da leitura e interpretação. Isso, para ele, requer a análise das verdadeiras formas materiais onde circula o significado simbólico. As notícias do jornalismo, por exemplo, podem estabelecer uma boa oportunidade para se aplicar e exercitar essas habilidades analíticas já que, como tantas outras instâncias semelhantes, elas nos cercam por todos os lados em nossa vida cultural diária.

Contudo, há uma ressalva imprescindível à realização dessa análise: não há resposta única e, mais do que isso, correta para o significado de uma mensagem, mas sim uma interpretação plausível, ainda que não isenta à transformação. Pois, para Hall (1997), o significado não é direto nem transparente e não permanece intacto na passagem pela representação. Ele está sempre sendo negociado e inflectido, para ressoar em novas situações.

Na era contemporânea da comunicação esse processo de tradução, operacionalizado pelas representações, é capaz de conferir realismo as suas próprias representações devido a sua grande capacidade de expressão. Nela, a similitude entre imagem e o objeto confere um caráter de verossimilhança e de realismo às representações da mídia. As representações midiáticas, conforme Soares (2007, p. 50) são, portanto, “modos de exposição de determinados assuntos ou pessoas que salientam algumas de suas características, acrescentando ou subtraindo deles certos atributos”.

Como aparentam ser, ou mesmo se apresentam como um retrato do mundo, essas representações instauram ou sancionam certos vieses sugerindo um modo padrão de ler a

sociedade representada e/ou compondo uma matriz representacional dominante. Trata-se, portanto, da instauração de padrões normais ou modelos, ora de imagens pejorativas ou idealizadas de populações, categorias sociais, e/ou minorias.

Aqui a representação pode então ser entendida como a projeção, a reprodução do que a mídia pensa sobre si e sobre o leitor, numa retradução simbólica que trata de materializar conceitos ideológicos abstratos em formas concretas. Ela reforça a noção de re-representação – o refazer e o trazer à vista diferentes significados. É dessa forma que representar algo ou alguém na mídia é uma operação de mão dupla em que atuam tanto a mídia quanto o público.

Admitir que as representações são construídas e que elas atuam também no jornalismo não significa julgar a prática jornalística em si, mas reconhecer uma contingência que é própria do trabalho jornalístico. O jornalismo, como um conjunto de conceitos organizados, dispostos e classificados em relações complexas entre si, é por si só um sistema de representação que tanto recolhe quanto constrói representações. Portanto, o lugar do jornalismo e das práticas comunicativas é um lugar constituinte, e o olhar da abordagem jornalística deve ser um olhar que busque apreender esse movimento de constituição.

Diante desse quadro, consideramos o jornalismo como um campo fundamental para compreendermos como a realidade é construída diariamente e, dentro dele, a notícia como uma forma atual de contato com o mundo, já que ela tanto trabalha com representações quanto nos oferece as representações de um presente social. Notícia aqui pode ser vista como o resultado da atividade diária dos jornalistas, os quais – a partir da cultura profissional; da organização do trabalho; dos processos produtivos; dos códigos particulares (as regras de redação); da língua; e das regras do campo das linguagens no trabalho de enunciação – “fabricam” discursos.

Como diz Lustosa (1996, p. 18-21), notícia é o relato, não o fato. Ela é a informação transformada em produto de consumo mediante técnicas de redação jornalística. A notícia é sempre uma versão de um fenômeno social, não a tradução objetiva, imparcial e descomprometida de um fato. Assim sendo, para representar o cotidiano dando-lhe um tratamento jornalístico, é inegável que a mídia realiza verdadeiras construções sobre os acontecimentos. Como

veremos, na versão dos leitores, nem o jornal Zero Hora quando pauta o MST em suas páginas, consegue escapar dessa lógica.

A leitura como ato produtivo e as posições de decodificação

A leitura, tomada como sinônimo de recepção, não pode ser negligenciada na análise dos processos jornalísticos. Neles, ao contrário, ela tem de assumir um papel preponderante. O ato de ler não deve, portanto, ser tomado como um momento isolado do processo comunicativo, nem ser tratado simplesmente como assimilação. Leitura, como define Johnson (1999), é antes um ato de produção onde, conforme Berger (2003, p. 85), os leitores nos textos são sempre leitores na sociedade. Tal constatação nos permite pensar numa teoria da produção dos sujeitos na qual as narrativas ou as imagens sempre implicam a construção de uma posição (e/ou de posições) de leitura.

Nessa ótica o jornalismo, através das notícias, não se limita apenas a nos apresentar um objeto ou fato – ele na verdade nos posiciona em relação a este objeto, fato e/ou acontecimento. Se acrescentarmos a isso o argumento de que certos tipos de textos naturalizam os meios pelos quais esse posicionamento é atingido, podemos fazer uma conexão entre, de um lado, a análise das formas textuais e, de outro, a exploração das intersecções com as subjetividades dos leitores. Para Berger (2003, p.86) isso é possível, mais adequadamente, através da identificação das posições de leitura oferecidas em um texto.

Cabe ainda considerar que em nosso dia-a-dia nos deparamos com tais textos de uma forma bastante promíscua. Portanto, se usarmos a categoria discurso para indicar elementos que atravessam diferentes textos podemos dizer, enfim, que todas as leituras são também “interdiscursivas”. Segundo Berger (2003, p. 88), essas combinações interdiscursivas advêm de lógicas particulares vivenciadas pelos leitores ou grupo de leitores – suas localizações sociais, suas histórias, seus interesses subjetivos, seus mundos privados etc.

É por isso que somos partidários da ideia que postula que as formas e as transformações culturais sempre acabam por ocorrer nas leituras, onde o contexto é quem determina o significado, as transformações ou a saliência de uma forma subjetiva particular, tanto quanto a própria forma. Portanto, achamos indispensável no momento da leitura, atentarmos para as práticas sociais de recepção.

Assim, conforme Hall (2003, p. 396) parece natural que toda a sociedade ou cultura tente impor suas classificações do mundo cultural, social e político. Essas classificações constituem inegavelmente uma ordem social dominante apesar dessa não ser unívoca nem incontestável. Associada a essa ideia parece-nos óbvia também a existência de sentidos e/ou representações preferenciais que, embora não sejam sistemas fechados nem fixos, dão vazão a leituras dominantes – ou seja, materializam uma das possíveis “posições-tipo” de decodificação (Escosteguy, 2007, p. 126).

Discorrendo sobre o tema Hall (2003) nos indica três dessas posições hipotéticas a partir das quais a decodificação de um discurso, junto com as representações que ele movimenta, pode ser efetivada: a própria posição hegemônica-dominante (onde o leitor opera dentro do proposto pelo produtor e decodifica a mensagem de acordo com o esperado); o código negociado (no qual o leitor reconhece as definições hegemônicas, mas se permite adaptá-las ao seu lugar, podendo ou não aderir a elas); e o código de oposição (onde o leitor se posiciona de modo totalmente contrário àquele do produtor, opondo-se à sua mensagem).

Dito de outra forma, ainda segundo Hall (2003, p. 345-350), na leitura preferencial as decodificações se dão dentro do universo da codificação. “O elemento da leitura preferencial se situa no ponto onde o poder atravessa o discurso, está dentro e fora da mensagem” e, nada mais é do que a tentativa que este faz para amarrar a mensagem a um significado pré-existente. Já uma leitura sistemática do ponto de vista oposicionista, “pode ou não entender o sentido que foi preferido na construção, mas via de regra retira da mesma exatamente o oposto”. O código negociado, no entanto, para o autor, não diz respeito a uma posição – “[...] a verdade é que as leituras negociadas são provavelmente o que a maioria de nós faz, na maior parte do tempo”.

Por último, ainda conforme Hall (2003, p. 350), convém destacar que essas posições-tipo de decodificação não são posições estáticas, mas apenas ancoradouros entre as quais o receptor se desloca dependendo do que a mensagem codificada nele aciona.

As audiências movem-se claramente entre as três posições; logo, elas são lugares em que se toma posição, não são entidades sociológicas. Cabe ao trabalho empírico dizer, em relação a um texto particular e a uma parcela específica da audiência, quais leituras estão operando (Hall, 2003, p. 350).

O jornal Zero Hora e o MST

De acordo com Felippi (2006), a supremacia do jornal Zero Hora (ZH) no Rio Grande do Sul se iniciou com o encerramento das atividades dos jornais Folha da Manhã e Diário de Notícias, respectivamente dos grupos Caldas Junior e Diários Associados, entre as décadas de 1970 e 1980, e com a crise do Correio do Povo, cujo apogeu ocorreu em 1984. Foi nesse momento que ZH aproveitou a lacuna deixada por seus concorrentes, tanto no mercado publicitário quanto no jornalístico, e se consolidou como o principal periódico diário do estado.

O jornal Zero Hora é um dos veículos mais antigos do Grupo RBS (Rede Brasil Sul de Telecomunicação). Ele foi fundado em 04/05/1964 e completou 46 anos de atividade como líder em circulação no Rio Grande do Sul – conforme o Instituto Verificador de Circulação (IVC), com média diária de 176.961 exemplares.

ZH foi criado a partir da Última Hora gaúcha, de Samuel Wainer, que deixou de circular após golpe militar de 1964. Depois de ser adquirido por Ary de Carvalho o jornal mudou de nome e, em 1970, passou para o controle dos Sirotsky no exato momento em que a família formatou a Rede Brasil Sul de Telecomunicação e iniciou sua expansão multimídia pelo o interior do estado.

Segundo Felippi (2006) no sul do Brasil a Zero Hora se destaca como empresa jornalística por sua diferenciada estrutura de produção em rede, que conecta as redações dos oito periódicos impressos editados pelo Grupo em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Além disso, sua redação é a maior entre os impressos gaúchos. Nela trabalham aproximadamente 200 jornalistas, hierarquizados em repórteres, pauteiros, subeditores e editores das editorias, editores-chefe e diretor de redação. Há também fotógrafos, revisores, arte-finalistas, ilustradores, articulistas – não necessariamente jornalistas – mais o pessoal administrativo.

Zero Hora adota o formato tabloide, tamanho de impresso que o próprio jornal ajudou a consolidar como dominante no Rio Grande do Sul. Seguindo uma tendência do jornalismo brasileiro, iniciada nos 1980, o jornal é dividido em cadernos (23 ao todo), que vão de diários a mensais, segmentados por público e temática, encartados num caderno principal que ocupa aproximadamente cinquenta páginas. O corpo principal do jornal traz as editorias tradicionais dos impressos diários: Opinião,

Política, Economia, Mundo, Geral e Esportes, que se mantêm nas sete edições semanais.

Numa descrição mais detalhada, inspirada no trabalho de Berger (2003, p. 60-62), podemos caracterizar o produto jornalístico “jornal Zero Hora” como possuidor de uma estrutura contínua e fixa. Mesmo depois da reforma editorial de 2009 o periódico raramente apresenta surpresas em seu desenho de página.

Na capa, seu logotipo no alto da página por vezes muda de cor para acompanhar o colorido das fotos. Suas manchetes são duas: uma textual que confirma o que noticiário do dia anterior indicou como “o acontecimento” (manchete principal) e uma fotográfica que trata de outro assunto e/ou tema (manchete fotográfica principal). Além disso, quatro ou cinco chamadas acabam por completar a moldura do cartão de visitas de ZH. Na contracapa duas manchetes fotográficas apresentam outros dois assuntos tratados na edição, junto com algumas pequenas chamadas e com a seção Para Falar com ZH que mostra os contatos para assinaturas, da redação e para anunciantes.

A segunda página do jornal é composta preferencialmente por pequenas notas – é chamada Informe Especial; contém junto à seção Palavra do Leitor – que apresenta trechos de cartas enviadas à redação do jornal; o índice; e os resultados de uma enquete diária a respeito das notícias mais lidas – ZH Ontem. A seção ZH amanhã – que projeta o assunto principal de um dos cadernos encartado na próxima edição; a coluna Sobre ZH; o texto de um dos 60 colunistas que colaboram com jornal; e, no domingo, a seção Carta do Editor, completam a página.

Já as páginas 4 e 5 são sistematicamente ocupadas por Reportagens Especiais – consideradas espaço nobre elas são reservadas para exibir assuntos em destaque no noticiário dos últimos dias. Na sequência, de duas a cinco páginas são tomadas pela Política nacional. Na página 10, a colunista Rosane de Oliveira comenta a Política – principalmente a estadual. Em seguida vem o Editorial – e no seu rodapé o Expediente do jornal; a seção Opinião; e a Coluna Brasília – com Ana Amélia Lemos.

Depois da seção Pelo Rio Grande é a vez da Economia – com até seis páginas; do Informe Econômico de Lurdete Ertel; e da página do Campo & Lavoura. Posteriormente, os Indicadores trazem dados numéricos sobre o mercado global de capitais; e o Mundo – duas páginas – geralmente reproduz informações de agências internacionais como EFE, Reuters, Ansa etc.

A Geral, onde a questão agrária é comumente tematizada, pode merecer até dez páginas. Ela trata na sequência de todos os assuntos não enquadrados nas demais editorias. É o lugar do cotidiano, que incorpora a coluna Viva Melhor, as Publicações Legais, o Informe do Ensino e o Mapa do Tempo – em uma página colorida que antecede a editoria de Polícia. A Polícia, por sua vez, ocupa de duas a três páginas. Sucede-a os Anúncios Fúnebres e Religiosos, e as seções TV Aberta, Filmes, Horóscopo e Cruzadas.

Já o Esporte, é uma editoria privilegiada no jornal e pode ocupar até seis páginas. Conta com O Placar ZH e tem quatro colunistas fixos. Nas páginas seguintes aparecem o Almanaque Gaúcho; e Há 30 Anos em ZH, que traz a memória do jornal e o que aconteceu naquele dia três décadas antes. O encerramento do periódico fica por conta do colunista Paulo Sant’Ana e suas polêmicas crônicas da vida.

Conforme Berger (2003, p. 61),

A Zero Hora oferece ao leitor um itinerário que pretende dar conta do cotidiano, facilitado pelas cartolas em corpo 18, claramente identificadas no alto da página, propiciando a opção de onde parar e ler e onde saltar para ir ao encontro do que interessa. Informe Especial, Palavra do Leitor, Reportagem Espacial, Política, Página 10, Editoriais, Opinião, Economia, Campo & Lavoura, Indicadores, Mundo, Geral, Tempo, Polícia, Publicações Legais, Esportes, Almanaque Gaúcho, Há 30 anos em ZH. São estas as palavras chave para ingressar no mundo de Zero Hora, um mundo ordenado pela linguagem e hierarquizado por um gesto de interpretação da redação do que o leitor quer saber.

O jornal Zero Hora, hoje assim configurado, já circulava a mais de 15 anos no Rio Grande do Sul, pelo menos dez deles sob a batuta do Grupo RBS, quando surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST). A organização de luta pela reforma agrária tomou forma, como um novo personagem no palco social brasileiro, somente no início dos anos 80. Nesse período em todo o território nacional foi se incrementando a consciência em torno da luta pela terra, formando-se lideranças e se ampliando os quadros da organização até o nascimento formal do MST em 1984.

Os processos originais que criaram a identidade do Movimento em sua fase inicial tiveram na base a exclusão de todo um conjunto de trabalhadores rurais devido ao processo de modernização da agricultura no Sul do País.

Essa exclusão gerou a impossibilidade de reprodução social dos pequenos agricultores familiares que formam até hoje a base da agricultura no Brasil (Morissawa, 2001).

Com o objetivo de re-incluir esses trabalhadores e promover modificações estruturais na sociedade (direito à terra e garantia de saúde, educação, emprego e cidadania), o MST despontou como o único movimento de massa cujo discurso de luta foi capaz de se espacializar por todo País. O seu berço geográfico, sem dúvidas, foi a região centro-sul e a sua nascente afetiva a Igreja Católica da Teologia da Libertação, especialmente articulada pelos padres progressistas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Na realidade, de acordo com Stédile e Gørgen (1993, p. 28),

[...] o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra não possui uma data específica que defina seu nascimento. A sua origem combina várias origens e vários locais e a sua história é composta pela soma de um conjunto de acontecimentos e fatores desenvolvidos a partir de 1978.

Porém, é somente a partir de 1981, que as lutas e ocupações que até então eram isoladas passaram a se generalizar e as lideranças dessas ações começaram a realizar encontros sob a coordenação da CPT. Tais reuniões aconteceram primeiro em nível estadual e depois interestadual. Em 1984, no entanto, ocorreu uma espécie de culminância desse processo de articulação e organização. Nessa data foi realizado o I Encontro Nacional dos Sem-terra, em Cascavel, no Paraná. No evento foi formalizada a criação de uma organização de camponeses Sem-terra, em nível nacional, com o objetivo de lutar por terra e reforma agrária.

Estruturado nesses matizes, o MST passou a organizar sua luta pautado pela busca e ocupação de espaços ociosos – sejam eles físicos, relacionados à reivindicação de um pedaço de terra e à disputa contra latifúndios improdutivos; sejam eles simbólicos, vinculados à luta por reconhecimento/legitimação de sua causa e/ou ações – e, dessa forma, passou a figurar também nas páginas dos periódicos impressos brasileiros inclusive no jornal Zero Hora.

A partir de então, em ZH, como atesta o próprio trabalho de Berger (2003), a questão agrária nunca mais foi um tema menor. Ao contrário ela começou a ser recorrente. No jornal a designação questão agrária, desde mui-

to cedo, passou a remeter exclusivamente às ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra numa vinculação direta que, ao mesmo tempo em que privilegia o MST como ator principal no tensionamento da luta pela terra, parece restringir a problemática apenas à causa do Movimento.

Em Zero Hora, grosso modo, questões agrárias sempre diferiram de questões agrícolas e, portanto, merecem tratamento dispar. A primeira, como vimos, foi enquadrada pelo jornal em sua editoria Geral, é continuamente marcada e automaticamente se tornou sinônimo de ações do MST – nelas o Movimento é sempre citado. A segunda, por sua vez, passou a ser tratada num suplemento específico chamado Campo e Lavoura que circula uma vez por semana e/ou aparece atravessando seções como Economia e Política no jornal.

Historicamente, no caderno especializado do periódico que tematiza o mundo não urbano, o MST jamais foi citado. O Movimento, portanto, não é figura do cenário discursivo agrícola e/ou rural construído por ZH – embora lute para nele se inserir. Este é um mundo de proprietários onde a senha para ingresso é a posse física dos meios de produção (da terra ou do texto) e, como o MST não atende nenhum desses pressupostos, para o jornal parece natural deixá-lo de fora e/ou tratá-lo noutro lugar.

Dessa forma, ao longo do tempo, Zero Hora acabou por montar para o seu leitor um guia, um itinerário de decodificação para dar conta do cotidiano e enquadrá-lo conforme sua lógica organizativa. Além disso, o jornal passou sistematicamente a recomendar um tipo específico de leitura sobre o tema questão agrária. Porém, como veremos adiante, na posição de leitores do periódico os Sem-terra pesquisados parecem destrilhar desse itinerário. Em sua maioria eles acabam por formatar discursos que movimentam representações um tanto quanto distintas daquelas operadas pelo jornal. Tais representações, junto com suas posições preferenciais de decodificação é o que procuramos apontar na sequência.

O jornal Zero Hora pelos Sem-terra

Como dissemos, diferentes ferramentas podem ser empregadas para o estudo da leitura e/ou para o mapeamento das representações conforme as posições de decodificação. Para o presente trabalho, no entanto, optamos por realizar entrevistas semiestruturadas em grupo com os integrantes do MST. Ao todo 13 agricultores

Sem-terra participaram dos debates do grupo focal selecionado. O trabalho foi realizado no “Acampamento em Luta” de São Gabriel/ RS. Informações complementares, especificamente relacionadas às rotinas de leitura, advindas da própria observação empírica no acampamento, também foram aqui consideradas.

O trabalho foi previamente agendado com representantes do Movimento, por telefone, e contou com a anuência de um dos coordenadores locais do acampamento. A primeira tarefa foi explicar o objetivo e as bases da pesquisa para um pequeno grupo de coordenadores. Em seguida fomos orientados a aguardar a deliberação da coordenação geral do acampamento, reunida no momento de nossa chegada no local. Posteriormente, quase no encerramento da reunião, fomos convidados a nos apresentar e a relatar a proposta de pesquisa à coordenação geral, a qual esclareceu algumas dúvidas, fez algumas perguntas e aprovou a realização do trabalho no acampamento.

Na reunião da coordenação geral foram destacados três representantes que ficaram à nossa disposição para encaminhamento dos trabalhos. Reunidos mais uma vez, esclarecemos dúvidas pontuais e em comum acordo estipulamos o número de pessoas que participariam da pesquisa e o cronograma de atividades. Estabelecemos que os agricultores integrassem as discussões por livre adesão, no entanto, cada um dos três representantes ficou responsável por convidar cinco pessoas para compor o grupo. As discussões, a partir de então, foram realizadas sempre na parte da tarde, dos dias 21, 22 e 23/05/2008.

No local as atividades foram divididas em três momentos: no primeiro tivemos a apresentação dos presentes e o registro de sua história de vida; no segundo buscamos elementos acerca do seu relacionamento com a mídia, em especial com o jornalismo impresso, antes e depois do ingresso no MST; e no terceiro partimos para a análise das notícias publicadas em Zero Hora, afim de mapearmos as representações mobilizadas pelos Sem-terra e assim identificar as suas posições de decodificação no momento da leitura. Os debates foram todos registrados totalizando aproximadamente oito horas de gravações.

Serviram de base para a contenda dezoito edições do jornal Zero Hora concentradas no período de 12/04 a 21/05/2008. Todas apresentavam textos relacionados às ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra acerca da Fazenda Southall (Estância do Céu) em São

Gabriel/ RS, das quais os próprios leitores foram protagonistas. Nessa fase, os Sem-terra, antes de tecerem suas considerações, manipularam à vontade as edições do jornal. Depois disso, escolheram determinado texto, a partir do qual desenvolveram suas considerações.

Na história de vida dos participantes a marca registrada é a diversidade de perfis. No entanto, podemos afirmar que todos passaram por situações limite e experimentaram de algum modo o processo de exclusão social até ingressar nas fileiras do MST. Entrar para o Movimento, na maioria dos casos, não foi uma escolha política, antes representou a chance de um novo começo na vida. “Minha família trabalhava na agricultura e acabou quebrando [...] por conselho dos amigos vim acampar”, conta a Sem-terra 4. “Entre para a Brigada Militar sonhando com dias melhores em plena Ditadura [...] o MST significa tentar garantir uma vida melhor para meus filhos”, diz o Sem-terra 7. Já a Sem-terra 9 relata que reorganizou sua vida e seus estudos para ingressar no Movimento: “Estou no acampamento, no MST, primeiro pela militância e depois para contribuir na luta pela terra”.

Já a mídia e/ou o jornalismo são definidos pelos Sem-terra do grupo focal como os principais responsáveis pela formatação de uma representação errônea do Movimento. Uma representação configurada basicamente de “fora para dentro” e que, portanto, é muito distinta da auto-representação do Movimento construída de “dentro para fora”. A imprensa é vista tanto como “uma ameaça” quanto como “uma ferramenta necessária”, porém o sentido mais forte que parece transpassar as contribuições é o da mídia/ jornalismo como instrumentos de manipulação.

“O jornalismo não presta para nada. A mídia representa uma grande ameaça, pois ela prefere correr atrás de troféus a mostrar a verdade”, enfatiza o Sem-terra 2. “A mídia é uma ferramenta muito necessária para nós comunicar. Ela não representa o povo, no sentido da verdadeira sociedade que a gente vive, mas a imprensa pode ser uma grande arma de avanço da sociedade”, contrapõe o Sem-terra 5. “A mídia emburrece o povo, ela aliena. Os meios de comunicação, que seriam meios para informar a população brasileira de ambos os lados, não conseguem fazer isso”, sentencia a Sem-terra 9.

Quando tratam especificamente do Grupo RBS e do jornal ZH, os integrantes do grupo focal são taxativos em classificá-los como

“instrumento de manipulação da classe dominante”, reproduzem um bordão (um grito de guerra) já tradicional nas mobilizações do MST – “A gente não esquece, abaixo a RBS!” – e chegam até a cogitar uma ação específica para atingir quem eles qualificam como os “latifundiários da informação”.

De acordo com a Sem-terra 9, o jornal ZH só reproduz o que os “grandes” do estado do Rio Grande do Sul desejam. “Eles distorcem os fatos como eles bem querem, sempre para nos mostrar como as piores pessoas desse estado. Para mim a pior raça que tem é essa empresa”. Para o Sem-terra 5 o que mais revolta em ZH e na RBS é a falta de transparência “[...] a falta de vergonha de um veículo de comunicação tão grandioso como esse”. Porém, segundo ele, quando a sociedade realmente “abrir os olhos e ver quem é a RBS, quem é o Zero Hora, eles vão ficar em maus lençóis”.

Fica claro, no entanto, quando tratamos da forma de relacionamento com a mídia antes e depois do ingresso no MST que para a maioria dos participantes do grupo focal houve uma mudança – primeiro de entendimento, depois na própria forma de acessar as informações junto aos órgãos de imprensa. Na maioria dos casos, eles se moveram da indiferença em relação ao sistema de mídia para uma postura crítica no que tange às produções e aos textos midiáticos. Podemos dizer, sem exageros, que na decodificação passaram de uma leitura tendencial dominante, para uma leitura negociada com matices de oposição. É evidente que nesse caso a mediação “Movimento Social” atua fortemente na mudança de postura em relação à mídia regendo a nova forma de se relacionar com os produtos informativos midiáticos.

“Do lugar de onde eu vim, da vila, não tinha muito esse contato com a mídia, a não ser com a novela. Antes informação para mim era muito pouco pela realidade que eu vivia mesmo”, esclarece a Sem-terra 3. “Quando eu estava lá fora gostava muito de televisão, de olhar novela. Depois, no Movimento comecei a acompanhar mais as notícias, mas ainda é muito pouco”, conta a Sem-terra 6. “No acampamento estou reaprendendo a viver sem a televisão, a internet e o jornal. Estou aprendendo a escutar rádio, mas é bem complicado porque eu não tinha o hábito do rádio”, relata a Sem-terra 9.

Já as representações movimentadas em torno do MST pelos integrantes do Movimento no momento da leitura parecem muito distintas

daquelas acionadas pelos jornalistas nos textos do jornal. O Movimento é visto pelo Sem-terra 2 da seguinte forma: “[...] o MST para mim representa muito porque aqui eu arrumei uma nova vida, uma mudança de vida muito grande”. “O Movimento, além de uma nova chance de viver, também serve para o auto-reconhecimento das pessoas. Eu não tinha nem noção que eu podia voltar a sonhar em ter um futuro diferente, em ter um futuro melhor”, conta a Sem-terra 3. Para a Sem-terra 4, “[...] o MST é uma grande família onde se compreende que a luta é por uma sociedade igualitária e mais justa. Onde tu encontras amigos, tu encontras companheiros”. “Para mim o MST foi como uma luz no fundo do túnel”, diz a Sem-terra 6. “A mídia vende aquela imagem que aqui é o inferno, pelo contrário aqui é o paraíso”, rebate o Sem-terra 7.

Assim, a diferença entre o MST representado “de dentro para fora” (pelos Sem-terra) e o MST representado “de fora para dentro” (pelos jornalistas nos textos de Zero Hora) parece notável ao menos para os Sem-terra. Nesses termos, os integrantes do grupo focal acabam por movimentar sentidos de oposição em relação à matriz representacional hegemônica, frequentemente acionada pelos jornalistas em seus textos.

Os Sem-terra na maioria das vezes promovem uma leitura negociada de tendência resistente em relação aos textos que tratam da questão agrária e que são veiculados por ZH em suas páginas. Dessa forma, apesar da matriz de representação hegemônica também ser formatada pelos discursos da mídia e do jornalismo, ela, segundo os agricultores, por ser composta de “fora para dentro”, não dá conta da justa representação do MST.

Considerações finais

A partir dos dados trabalhados e das impressões aqui sistematizadas, parece-nos claro que os leitores, agricultores Sem-terra pertencentes ao MST (diferente dos jornalistas do Grupo RBS nos textos de Zero Hora) acabam por movimentar sentidos de oposição (desfavoráveis, conseqüentemente) à matriz representacional hegemônica da questão agrária no Brasil. Também, por promover uma leitura, na maioria das vezes, negociada e/ou resistente em relação aos sentidos movimentados nas notícias relacionadas à sua causa e às suas ações que são veiculadas pelo jornal.

Como podemos perceber, apesar dessa matriz de representação hegemônica também ser

formatada pelos discursos da mídia e do jornalismo, ela é composta de “fora para dentro” e, de acordo com os dizeres dos Sem-terra, não dá conta da representação adequada do Movimento. Por isso, o conflito de representações é tão evidente.

Outra consideração importante está relacionada ao próprio contrato de leitura firmado entre os Sem-terra e o jornal Zero Hora. Tal contrato se cristaliza, de modo geral, a partir da credibilidade do jornalismo e, de modo particular, pela capacidade histórica do jornal ZH e dos seus jornalistas de manter tal credibilidade. Isso é o que permite, como recorda Traquina (1993, p. 168), que as notícias de Zero Hora, embora questionadas pelos Sem-terra, ainda sejam lidas como índices do real.

Sabemos, porém, que o jornalismo é uma narração do real mediada por sujeitos, no exercício de suas subjetividades, e que as escolhas nele se dão desde a pauta até a edição, passando pela apuração, pela seleção das fontes e pela hierarquização das informações. Não tendo consciência desse processo, o leitor, especificamente os membros do MST, parecem ainda buscar no jornalismo de Zero Hora uma porta para o real.

Tais considerações, portanto, mais uma vez denunciam à importância de se tentar entender e/ou explicar a complexa relação entre o campo da mídia (ZH) e campo político (MST), através das posições de decodificação e das representações que os agentes movimentam em seu encontro. Esse ponto de vista, aspiramos, pode implicar em reelaborar velhas formulações e elevar os estudos do jornalismo para um novo patamar, dentro do campo da cultura e no universo de produção simbólica, sem nunca esquecer daquilo que realmente lhe dá vida – seus processos.

Referências

- ABBAGNANO, N. 1982. *Dicionário de filosofia*. São Paulo, Mestre Jou, 976 p.
- BERGER, C. 2003. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre, UFRGS, 223 p.
- ESCOSTEGUY, A.C. 2007. Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e da recepção. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, 11(4):115-135.
- FELIPPI, A.C.T. 2006. *Jornalismo e identidade cultural – construção da identidade gaúcha em Zero Hora*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 178 p.
- HALL, S. 1997. The work of representation. In: S. HALL (org.), *Representation – cultural representation and cultural signifying practices*. London/New Delhi, Sage/Open University, p. 13-174.
- HALL, S. 2003. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília, UFMG/Unesco, 410 p.
- JOHNSON, R. 1999. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: T.T. da SILVA (org.), *O que é afinal Estudos Culturais?* Belo Horizonte, Autêntica, p. 9-131.
- LUSTOSA, E. 1996. *O texto da notícia*. Brasília, UnB, 192 p.
- MORISSAWA, M. 2001. *A história da luta pela Terra e o MST*. São Paulo, Expressão Popular, 255 p.
- SOARES, M.C. 2007. Representações e comunicação: uma relação em crise. *Revista Líbero*, 20(10):47-56.
- STÉDILE, J.P.; GORGEN, F.S. 1993. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo, Scritta, 174 p.
- TRAQUINA, N. 1993. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Vega, 325 p.
- WOODWARD, K. 2000. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: T.T. da SILVA (org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Vozes, p. 7-72.

Submetido em: 01/03/2010

Aceito em: 05/04/2010